

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 19/XII/2.ª SL

Aos 12 dias do mês de dezembro de 2012, pelas 10:40 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. Distribuição de iniciativas legislativas;
2. Distribuição de iniciativas europeias;
3. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 105/XII/2.ª (GOV) - "Aprova o Regime Jurídico do Processo de Inventário" - Relator - Deputado Carlos Peixoto (PSD);
4. Discussão e votação na especialidade dos Projetos de Lei n.ºs 301/XII/1.ª (PSD e CDS/PP) - "Terceira alteração à Lei n.º 9/91, de 9 de abril (Estatuto do Provedor de Justiça), alterada pelas Leis n.ºs 30/96, de 14 de agosto, e 52-A/2005, de 10 de outubro" e 309/XII/2.ª (PS) - "Terceira Alteração à Lei n.º 9/91, de 9 de Abril (Estatuto do Provedor de Justiça), alterada pelas Leis n.º 30/96, de 14 de Agosto, e 52-A/2005, de 10 de Outubro";
5. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE solicitando a audição do Ministro da Administração Interna para prestar esclarecimentos sobre o alegado visionamento pela PSP de imagens da RTP relativas à manifestação de 14 de novembro de 2012;
6. Admissão e distribuição de petições;
7. Apreciação e votação de relatórios finais de petições;
8. Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias, designadamente sobre a COM (2012) 650 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 539/2001 que fixa a lista dos países terceiros cujos nacionais estão sujeitos à obrigação de visto para transporem as fronteiras externas e a lista dos países terceiros cujos nacionais estão isentos dessa obrigação - Relatora: Deputada Teresa Anjinho (CDS/PP);
9. Apresentação dos relatórios da participação da Assembleia da República nas seguintes reuniões interparlamentares:
 - Comissão dos Direitos das Mulheres e da Igualdade de Género do Parlamento Europeu "Gender Equality - What do the parliaments of the Union do?" - Relatora: Deputada Isabel Alves Moreira (PS);
 - Comissão de Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos do Parlamento Europeu com os parlamentos nacionais, dedicada ao tema: a reforma do quadro de proteção de dados na União Europeia - construir confiança num mundo global e digital (Parlamento Europeu, Bruxelas, 9 e 10 de outubro de 2012) - Relator: Deputado Paulo Simões Ribeiro (PSD);
10. Fixação de redação final, nos termos do artigo 156.º do RAR;
11. Votação das atas n.ºs 10 a 16 (correspondentes às reuniões de 8 a 28 de novembro de 2012);
12. Outros assuntos.

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Comissão, Deputado Fernando Negrão (PSD), foram distribuídas as seguintes iniciativas legislativas:

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 19/XII/2.^a SL

Proposta de Lei	Título	Relator nomeado
113/XII/2. ^a (GOV)	Aprova o Código de Processo Civil.	Deputado Luís Pita Ameixa (PS)
114/XII/2. ^a (GOV)	Aprova a Lei de Organização do Sistema Judiciário.	Deputado Luís Pita Ameixa (PS)
115/XII/2. ^a (GOV)	Procede à primeira alteração à Lei de Organização, Competência e Funcionamento dos Julgados de Paz, aprovada pela Lei n.º 78/2001, de 13 de julho, aperfeiçoando alguns aspetos de organização e funcionamento dos julgados de paz.	Deputado Filipe Neto Brandão (PS)
116/XII/2. ^a (GOV)	Estabelece os princípios gerais aplicáveis à mediação realizada em Portugal, bem como os regimes jurídicos da mediação civil e comercial, dos mediadores e da mediação pública.	Deputada Isabel Alves Moreira (PS)

Foi ainda anunciada a baixa à Comissão do Projeto de Resolução n.º 520XII/2.^a (PSD) - *Recomenda ao Governo a aprovação de normas para a proteção da saúde pública e medidas de combate ao consumo das denominadas "novas drogas"*, tendo o Grupo Parlamentar proponente informado pretender a sua discussão em Plenário, sem prejuízo de a Comissão de Saúde, também com competência na matéria, poder decidir em contrário.

Em seguida, foram distribuídas as seguintes iniciativas europeias:

RELATÓRIO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU sobre o funcionamento da cooperação Schengen local durante os primeiros dois anos de aplicação do Código de Vistos [COM(2012)587].	Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP)
--	----------------------------------



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 19/XII/2.^a SL

COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU – Execução e desenvolvimento da política comum de vistos para promover o crescimento na UE [COM(2012)649].	Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP)
--	----------------------------------

Teve então lugar a apreciação de novo parecer sobre a Proposta de Lei n.º 105/XII//2.^a (GOV), que "Aprova o Regime Jurídico do Processo de Inventário". Com efeito, na reunião da Comissão de 28 de novembro, fora rejeitado o parecer apresentado pelo Senhor Deputado Ricardo Rodrigues (PS), no sentido de que a iniciativa não reunia os requisitos constitucionais e regimentais para ser discutida e votada em Plenário. Na mesma data, fora nomeado Relator o Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD), que apresentou brevemente o seu parecer, a que se seguiu um debate em que intervieram os Senhores Deputados Filipe Neto Brandão (PS), que manifestou dúvidas sobre a apreciação da conformidade constitucional da iniciativa e sobre a possibilidade de eventuais inconstitucionalidades poderem ser "suavizadas" e João Oliveira (PCP), que declarou que teria de votar contra o parecer pelas razões já aduzidas acerca da iniciativa na anterior reunião da Comissão. O Relator replicou que a sua justificação para a não desconformidade constitucional da iniciativa residia, sobretudo, no facto de haver sempre um controlo judicial de uma decisão notarial.

Submetido a votação, o parecer foi aprovado com votos a favor do PSD e CDS/PP e contra do PS, PCP e BE, na ausência do PEV.

Adiada a votação na especialidade dos Projetos de Lei n.ºs 301/XII/1.^a (PSD e CDS/PP) - "Terceira alteração à Lei n.º 9/91, de 9 de abril (Estatuto do Provedor de Justiça), alterada pelas Leis n.ºs 30/96, de 14 de agosto, e 52-A/2005, de 10 de outubro" e 309/XII/2.^a (PS) - "Terceira Alteração à Lei n.º 9/91, de 9 de Abril (Estatuto do Provedor de Justiça), alterada pelas Leis n.º 30/96, de 14 de Agosto, e 52-A/2005, de 10 de Outubro", teve lugar a apreciação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE solicitando a audição do Ministro da Administração Interna para prestar esclarecimentos sobre o alegado visionamento pela PSP de imagens da RTP relativas à manifestação de 14 de novembro de 2012.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 19/XII/2.^a SL

Apresentado o requerimento pela Senhora Deputada Cecília Honório (BE), intervieram no debate subsequente os Senhores Deputados Hugo Velosa (PSD), que considerou o requerimento extemporâneo, lembrando que os factos têm sido objeto de averiguações pela ERC e que o Senhor Ministro da Administração Interna solicitou ao Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República parecer sobre a legalidade da atuação da PSP neste episódio, pelo que se mostraria prematura (e não urgente) a audição do Senhor Ministro; Luís Pita Ameixa (PS) – que afirmou que os acontecimentos objeto do requerimento são de grande importância para as Forças de Segurança e para a AR, pelo que valeria a pena realizar a audição logo após a receção do parecer; Teresa Anjinho (CDS/PP), que considerou prematura a audição, devendo aguardar-se pelo parecer para, de forma fundamentada, se decidir pela audição do Senhor Ministro em função do que o parecer apontar; António Filipe (PCP) e Isabel Alves Moreira (PS), que acompanharam os argumentos constantes do requerimento e lembraram que a CNPD já se pronunciara sobre a inexistência de pedido de autorização de filmagens pela PSP. A Senhora Deputada Cecília Honório (BE) reiterou que o visionamento das imagens pela PSP era muito preocupante, pelo que sugeriu que fosse estabelecido um prazo razoável para aguardar pelo parecer para a realização da audição.

Submetido a votação, o requerimento foi rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS/PP e a favor do PS, PCP e BE, na ausência do PEV.

Em seguida, foi admitida por unanimidade a petição n.º 216/XII, da iniciativa de António Cândido Monteiro Cabeleira e outros (total de 4800 subscritores), que *solicitam a manutenção do atual Tribunal Judicial da Comarca de Chaves como Tribunal de Comarca*, tendo sido nomeado seu Relator o Senhor Deputado Ricardo Rodrigues (PS).

Foi ainda apreciado o relatório sobre a iniciativa europeia COM (2012) 650 - *Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 539/2001 que fixa a lista dos países terceiros cujos nacionais estão sujeitos à obrigação de visto para transporem as fronteiras externas e a lista dos países terceiros cujos nacionais estão isentos dessa obrigação*, que, após breve apresentação pela

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 19/XII/2.^a SL

respetiva Relatora, Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS/PP), foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Em seguida, a Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS) apresentou o relatório da sua participação na reunião interparlamentar promovida pela Comissão dos Direitos das Mulheres e da Igualdade de Género do Parlamento Europeu sobre "*Gender Equality - What do the parliaments of the Union do?*", a que se seguiu a apresentação pelo Senhor Deputado Paulo Simões Ribeiro (PSD) do seu relatório sobre a reunião promovida pela Comissão de Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos do Parlamento Europeu com os parlamentos nacionais, acerca da reforma do quadro de proteção de dados na União Europeia - construir confiança num mundo global e digital (Parlamento Europeu, Bruxelas, 9 e 10 de outubro de 2012).

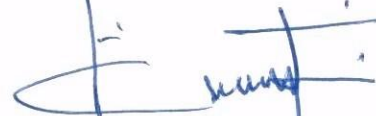
Foi ainda fixada a redação final do texto do Projeto de Lei n.º 264/XII/2.^a (PS) - "*Crimes da responsabilidade de titulares de cargos políticos ou de altos cargos públicos*", tendo sido cumprido o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, sem votos contra, registando-se a ausência do BE e do PEV, com aceitação das sugestões de redação constantes da Informação n.º 164/DAPLEN/2012, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa.

Por fim, foram aprovadas por unanimidade, na ausência do BE e do PEV, as atas n.ºs 10 a 16 (correspondentes às reuniões de 8 a 28 de novembro de 2012).

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 de dezembro de 2012

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(FERNANDO NEGRÃO)

Nota: Aprovada em 09-01-2013



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 19/XII/2.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Peixoto
Cecília Honório
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Hugo Velosa
Isabel Alves Moreira
João Lobo
João Oliveira
Jorge Lacão
Luís Pita Ameixa
Maria Paula Cardoso
Paulo Rios de Oliveira
Paulo Simões Ribeiro
Sérgio Sousa Pinto
Telmo Correia
Teresa Anjinho
António Filipe

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
Francisca Almeida
Hugo Lopes Soares
José Luís Ferreira
Teresa Leal Coelho

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Oneto
Ricardo Rodrigues